

## **A FACE FEMININA DO MERCADO DE TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL: ESCOLARIDADE E EMPREGO FORMAL DE 1994 A 2010**

Dra. Dolores Pereira Ribeiro Coutinho (Coord.-UCDB)

Msc. Emerson Alan Baptista Vargas (UCDB)

Msc. Marilda Bonini Vargas (UFMS)

Msc. Altair Bonini (SEEDPR)

### **Objeto e objetivos da investigação**

Demonstrar e caracterizar interfaces entre a escolaridade, concentração de renda e o trabalho formal feminino no Estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para a capital Campo Grande, durante o último decênio, como resultado das transformações econômicas no cenário mundial e brasileiro, fornecendo subsídios para elaboração e implementação de políticas públicas que minimizem a desigualdade de gênero e auxiliem no combate à pobreza é o objetivo da investigação deste grupo de pesquisadores.

O trabalho que se propõe é uma ampliação de pesquisas anteriores, com semelhantes temáticas, centralizadas no município de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, estado brasileiro, agora, objeto do trabalho e que nesta proposta possui também uma ampliação temporal abrangendo desde a implantação do Plano Real até 2010; a crise de 2008 dos Estados Unidos da América e os oito anos do governo Lula. Permitindo, assim, futura série histórica de análise da temática.

A proposta se viabilizará pela caracterização da exigência de escolaridade na contratação da mão-de-obra feminina por meio da correspondência entre emprego/desemprego e escolaridade; identificação da desigualdade de gênero, presente na diferença de escolaridade, observada na contratação de trabalhadores homens e mulheres em todos os setores de atividade econômica do mercado formal; identificação do poder aquisitivo das trabalhadoras pelos dados de concentração de renda, como proxy; localização de indícios da precarização da qualidade do emprego, mensurado pelo IQEF do trabalho, uma vez que as formas de contratação e descontração do trabalho feminino, são refletidas na taxa de rotatividade, uma das variáveis que compõe o Índice da Qualidade do Emprego Formal e caracterizar como as crises na economia mundial impactam o emprego formal vinculado à agro-exportação e serviços no Estado de Mato Grosso do Sul.

## O caminho da pesquisa

A produção da existência se faz pela produção da subsistência material, por meio da intervenção humana sobre a natureza. Como é o trabalho que produz as condições de vida, ele está presente em todas as sociedades e culturas. O trabalho é uma ação humana, produto da capacidade de elaboração mental, prévia, do resultado que se deseja. O resultado dessa ação se constitui na vida material.

O trabalho é um instrumento que permite a inteligibilidade do ser. Pode servir como modelo para a compreensão da busca de uma finalidade para o humano e se realiza com a produção e utilização dos meios existentes no sentido da obtenção de um objetivo ou meta pré-determinado. Ao trabalhar homens e mulheres atribuem significado subjetivo ao trabalho e o resultado, produto, revestido desse significado, não se resume a um bem, um objeto ou produto para a satisfação das necessidades imediatas de sobrevivência do corpo. Ao produzir a vida material os seres humanos produzem, também, valores, crenças, mitos e representações de toda ordem.

Desta reflexão depreende-se que, se o trabalho objetiva uma finalidade e essa finalidade (socialmente determinada) é uma necessidade estabelecida pelo humano, a transformação da natureza pela utilização dos meios é algo extremamente complexo, pois envolve significados presentes na subjetividade (que é histórica e em permanente mutação) do agente. Desta forma, não se pode pensar trabalho em termos estáticos e simplesmente biológicos, pois nem estes últimos permanecem imutáveis, sem influência da história. A produção material e espiritual realiza-se na vida social, que proporciona aos seres humanos as relações sociais necessárias à produção da vida.

Uma abordagem na perspectiva produção/consumo coloca a Família enquanto *locus* da produção antroponômica, que é também de reprodução na classe. O conceito de antroponomia presente em Daniel Bertaux (1979) abrange a distribuição, a produção e a reprodução (consumo) dos seres humanos. O conceito de antroponomia foi cunhado por Daniel Bertaux (1979), para fundamentar estudos sobre a distribuição social dos seres humanos, olhando o avesso do esquema de produção, explicitado e analisado por Marx, na Introdução de 1857 à contribuição à crítica da economia política. A terminologia corresponde ao princípio teórico que rompe com as explicações mais tradicionais da teoria da mobilidade social,<sup>1</sup> na qual as oportunidades de mudança e manutenção de posição social seriam

<sup>1</sup> O termo em sua origem é aplicado para uma reflexão sobre a sociedade francesa, que é mais rígida e menos aberta à mobilidade social vertical ascendente do que a sociedade brasileira, que antecedeu o programa de estabilização econômica implementado por Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994.

possíveis.

A utilização do conceito de antroponomia caracteriza uma forma de abordagem que substitui o conceito de mobilidade social pelo de distribuição dos seres humanos em lugares sociais definidos pela estrutura de classe. É uma abordagem sociológica, que considera a existência de lugares sociais coletivos e não apenas postos de trabalho individualizados, presentes no espaço da produção.

Não apenas de produção é que vive o homem. Por essa razão, o conceito de antroponomia é utilizado no sentido marxiano, ou seja, de produção e consumo de seres humanos. Produção e reprodução do humano que se faz na classe social, e para além dela, nos variados lugares ou posições que esses indivíduos ocupam como integrantes de famílias dentro dessa mesma classe. Essa abordagem permite enxergar os homens como consumidores, que são, ao mesmo tempo, consumidos em suas energias pelo trabalho que executam. As energias físicas e psíquicas são recompostas pelo descanso e alimentação, por um processo diário de reprodução da energia humana e, conseqüentemente, de força de trabalho. Produção e reprodução do humano se fazem na classe social, e para além dela, nos variados lugares ou posições que esses indivíduos ocupam na classe.

A reestruturação produtiva não foi a única a determinar a flexibilização do trabalho. Esta ocorreu dentro de um novo processo de organização da economia e da sociedade. “O mergulho abaixo da superfície traz as implicações dos processos de transformação política, econômica e social, que alteram e aprofundam determinadas características do mundo do trabalho”<sup>2</sup>.

A palavra global e sua derivada globalização são termos que surgiram no início da década de 1980 em universidades norte-americanas, palavras que, cunhadas, inicialmente, em língua inglesa, invadiram o mundo econômico e a imprensa internacional e foram acopladas ao discurso neoliberal, que preconiza a desregulamentação dos mercados e redução da intervenção do Estado na economia. Refletindo sobre as características e os efeitos da globalização, Paul Singer (1997) faz uma diferenciação entre as formas negativa e positiva de sua disseminação pelo mundo. Para países como o Brasil, o autor classificou o processo como uma manifestação negativa pela aceleração na eliminação de tarifas aduaneiras e de outros mecanismos de controle comercial e financeiro. A condição negativa estabelece-se em virtude das gigantescas diferenças entre nações em termos do poder político detido por elas, no qual as desigualdades reproduzem processos históricos de exploração. A globalização é um

---

<sup>2</sup> Luís P. BRESCIANI. *Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada*. p. 90

processo politicamente conduzido, que atende aos interesses de governos e empresários por meio do estreitamento de laços comerciais com países de economia de desigal projeção.

Desta forma, as transformações econômicas não podem ser vistas como mero sinônimo de difusão da produção industrial e circulação financeira pelo mundo. Muito pelo contrário, o que se internacionalizou/globalizou foram processos industriais de refinada extração de mais-valia e proletarização, que além de não incluírem grandes contingentes de trabalhadores, utilizaram-se e ainda se utilizam do trabalho infantil, da exploração de mulheres e da exaustão do trabalhador pela exigência de maior intensidade do uso de sua força de trabalho. Aliado a isso a redução das proteções sociais são refletidas nas garantias trabalhistas e previdenciárias. Neste universo se reinscreveu o trabalho feminino dos anos 1990 e 2000.

Na economia mundial, um "*crash*" ocorreu perto do início do quarto trimestre de 1987 e foi seguido por um aumento na taxa de poupança, de aproximadamente dois pontos percentuais. Isto acarretou um decréscimo no consumo, de aproximadamente 66 bilhões no ano, uma vez que a poupança se origina de uma parcela de renda não utilizada no consumo. Desta feita, o valor das ações no mercado seguiu-se de um enorme declínio, que pode ser considerado pelo termo riqueza na função consumo.

Existem no mínimo duas razões para tal fato. A primeira: a queda do mercado de ações tornou as pessoas muito mais incertas quanto ao futuro da economia e a incerteza maior, normalmente, leva as pessoas a pouparem mais, reduzindo assim a propensão marginal (individual) a consumir, que por sua vez, exerceria impactos sobre o nível de investimentos. Segundo, que as estimativas do impacto das variações na riqueza sobre o consumo não são exatas, o ponto importante é que a experiência confirma a ligação entre o consumo e a riqueza, isto é, quanto maior a renda, maior o consumo, *ceteris paribus*.

Esse movimento, inerente à lógica de acumulação capitalista produziu assimetria entre produção e consumo impactando, dessa maneira no ponto de demanda efetiva da economia o que gerou, portanto, um desequilíbrio no mercado do produto e dos fatores de produção, resultando na crise de 2008, que não se resume, portanto, à inadimplência dos credores imobiliários norte-americanos. Os “endividados” priorizaram o pagamento de outras dívidas adquiridas para consumo, que foram objeto de políticas econômicas expansivas no final dos anos 1990.

Neste cenário a feminização da força de trabalho resulta da implantação do novo processo produtivo que utiliza trabalhadores mais qualificados e por vezes mais

escolarizados. A participação feminina no mercado de trabalho caracterizou-se com o pagamento de salários mais baixos, trabalho domiciliar, parcial e eventual. As mulheres acabam alocadas em tarefas menos especializadas em que pouco interfere a baixa escolaridade.

“A organização do trabalho reflete as imagens de gênero existentes na sociedade. Existem mitos relacionados a impontualidade, faltas e rotatividade. Proteção à maternidade é sinônimo de custos, mesmo quando o Estado assume a responsabilidade. Reforça-se assim, a imagem da mulher reprodutora sobre a da trabalhadora.”<sup>3</sup>

“Estas imagens figuram como ideologia, e como representações, que são trazidas pela vivência e se constituem um dado do real. As representações acabam por impulsionar novas ações, interligando o substrato material com o universo simbólico”.<sup>4</sup>

As ações desenvolvidas pelo capital deixam transparecer que a principal ocupação feminina é cuidar da prole e o trabalho doméstico. O trabalho feminino torna-se, então, o mais indicado para atender às necessidades impostas pela competitividade. Na condição de assalariadas suplementares, mulheres, mesmo quando exercendo trabalho pago, atrelam-se a homens assalariados ou integram os segmentos mais pobres da população.

A crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho tem sido possível graças ao fato de elas apresentarem número maior de anos de escolarização, que mesmo no desempenho de funções menos qualificadas, são contratadas por terem alcançado maior escolaridade formal, produto, dentre outras, de políticas públicas de educação.

Janete Maria Lins de Azevedo (2004) define a política educacional como *policy* (programa de ação) que é produzido no contexto da *politics* (política no sentido de dominação), portanto a política educacional é desenvolvida no contexto das relações e das contradições sociais. No capítulo três de seu livro, a autora discorre sobre a abordagem marxista nas análises relacionadas à igualdade e o bem-estar humano, fazendo um levantamento das idéias e das contribuições de Marx, sobre tais temas, e como se desenvolve a intervenção Estatal neste contexto. Para fundamentar seu pensamento, ela utiliza as idéias de vários autores, principalmente as de Poulantzas, OFF e Oliveira. Começa mencionando que não é correto tomar o marxismo como uma simples abordagem, pois se tratando de um paradigma ele se desenvolve num amplo leque de tendências e teorias férteis na discussão das políticas sociais.

---

<sup>3</sup> Laís ABRAMO. *América Latina: Políticas de recursos humanos y modernización productiva*. p.47-74.

<sup>4</sup> Heleieth I. B. SAFFIOTI e Suely S. de ALMEIDA. **Violência de gênero**. p.48-53.

Segundo Azevedo (2004), no livro de Marx "O Capital", o autor ressaltava a importância da luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e a sua regulação pelo estado, embora, estivesse legislando a favor do trabalho de um lado, o poder público estava garantido também a reprodução da ordem capitalista.

Diante deste contexto, os estudos marxistas voltam-se para a apreensão das contradições entre a dominação e a integração do sistema econômico sob o papel do Estado. A dinâmica do sistema é baseada no modo de produção capitalista, que condiciona as relações sociais e a superestrutura, onde está incluída a educação compreendida como instrumento de apoio da organização e nas lutas do proletariado com a burguesia.

Foi nesse contexto que se inseriram nas contribuições de Muller e Neuss, autores que viam na automatização do Estado o meio de conter as forças anárquicas da sociedade capitalista. Poulantzas, por sua vez privilegiou o político nos seus estudos, inspirado pela teoria neomarxista de Althusser e na teoria de Gramsci, nesta postura Poulantzas estabeleceu uma distinção entre luta política e luta econômica, afirmando a autonomia da primeira e relação à segunda. Um outro autor também inserido no espaço de interseção teórica é Clausses Off, que tal como Poulantzas centraliza seus estudos no político, privilegiando, no entanto, o estudo das estruturas externas do Estado.

Ainda Azevedo (2004), Off desenvolve o conceito que ele denomina como mecanismos de seletividade. É por meio desses mecanismos que são formuladas as políticas públicas, que acabam por excluir as alternativas e interesses anticapitalistas da ação do Estado. Desta perspectiva, para Off as políticas sociais são fundamentais para a sociedade capitalista, inserindo nesta visão a política educacional como um meio de garantir a sociabilidade da força de trabalho, tornando os sistemas públicos de ensino e seu caráter obrigatório e o universal sob a intervenção do Estado, como forma de garantir a continuidade do trabalho assalariado. Para Azevedo (2004) essas inferências ganham uma nova dimensão na visão de Oliveira, que menciona que a centralização do fundo público para a reprodução da força de trabalho acaba por transformar a relação social da produção em benefício do capitalismo.

Concluindo a reflexão com nossa educadora se a política educacional deve estar articulada a um projeto de sociedade global construído por esta é realizado por meio do Estado. Portanto deve-se levar em conta os interesses e a realidade do contexto histórico em que se engendram as políticas públicas e por consequência as políticas educacionais e o caráter reprodutivista da educação como prática social.

Com efeito, as trabalhadoras são mais escolarizadas que os trabalhadores e isto resulta, também, do processo pelo qual se definem e se implementam políticas. Não obstante, as mulheres, mais escolarizadas, recebem, em média, pouco mais de 60% dos salários masculinos. Até mesmo quando desempenham funções iguais às dos homens, sua remuneração é inferior, isto já foi constatado para Campo Grande por RIBEIRO (2002).

A continuidade da pesquisa se faz com o suporte da Teoria do Capital Humano, que tem como postulado básico, o fato de que os investimentos em educação e qualificação no campo do trabalho refletem de forma positiva nos ganhos de produtividade. Isso atinge, de forma diferenciada, homens e mulheres, pois a organização do trabalho reflete as imagens de gênero existentes na sociedade, as quais inferiorizam as mulheres e acabam por impulsionar novas práticas, no mesmo sentido da discriminação. Utilizar este conceito inserido em uma reflexão histórico-crítica não se trata de contradição, como se poderá compreender no desenvolvimento desta investigação.

Uma pesquisa intitulada “*O Retorno da Educação no Mercado de Trabalho*”, elaborada pela Fundação Getúlio Vargas, baseando-se em dados estatísticos do Censo 2000, constatou-se que a educação tem reflexos positivos no aumento da renda auferida pelos indivíduos. Os que apresentam maiores graus de escolaridade possuem uma maior participação no mercado de trabalho, isto é, na medida em que se estuda um maior número de anos, menores são as chances de permanecer desempregado.

Outro dado verificado na pesquisa, passivo de consideração, referiu-se ao fato de que um maior grau de escolarização reflete em uma maior taxa de retorno, ou melhor, a educação é tratada como uma forma de investimento, no qual proporciona retornos positivos ao investidor, uma vez que um maior grau de escolaridade também reflete em maiores salários, conforme se observa nos dados da pesquisa de Vargas (2000), em seu estudo da qualidade do emprego formal no Estado da Paraíba.

“Os dados indicaram que na Paraíba, no Nordeste e no Brasil um maior nível de escolaridade representa maiores rendimentos obtidos através do trabalho no setor formal no período de 1987 e 1998; que o maior nível de escolarização reduziu a concentração da renda do trabalho na Paraíba; que o grau de concentração do rendimento do trabalho na Paraíba é maior do que no Nordeste e no Brasil; as evidências apontaram para o fato de que, quanto maior o grau de escolaridade maior a estabilidade no emprego na Paraíba, no Nordeste e no Brasil; que a influência da instrução formal na estabilidade do emprego na Paraíba difere da região Nordeste e do Brasil; também indicaram que a qualidade do emprego formal na Paraíba difere das médias regional e nacional; e, finalmente, encontrou-se evidências

que apoiaram a hipótese de que, quanto maior o nível de escolaridade melhor a qualidade do emprego.” (VARGAS, 2000, p.78)

Seguindo a mesma linha de pesquisa, ou seja, utilizando-se do mesmo instrumental de análise teórica e estatística, com o objetivo de verificar a aplicação da Teoria do Capital Humano<sup>5</sup> no Estado de Mato Grosso do Sul para os trabalhadores formais, Nimer (2004) reconheceu também os efeitos benéficos da educação na renda de um determinado segmento da população. Conforme o autor, os trabalhadores formais que detinham maior escolaridade possuíam maiores remunerações médias.

Uma das grandes dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação) mas, também, geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. Do ponto de vista privado, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro. No entanto, acreditamos que as externalidades geradas pela educação podem, em geral, superar em grande medida os seus efeitos privados.” (BARROS e MENDONÇA, 1997, p. 1)

Contudo, a transposição do modelo explicativo de Schultz sem levar em consideração as reflexões de FRIGOTTO empobreceria a proposta da investigação que é de se fazer uma abordagem quanti-qualitativa do objeto, uma vez que a “interpretação natural perturba uma concepção que é atraente [...] o único procedimento cabível é o de recorrer a outras interpretações, para verificar o que passa a ocorrer” (FEYRABEND,1989,p.14), possibilitando, assim, captar atitudes, motivações, valores e experiências concretas, que realizadas pelos sujeitos sociais, estão além dos dados econômicos obtidos.

Em texto oriundo da reflexão de doutoramento, Gaudêncio Frigotto (1984) denuncia, com probidade, as armadilhas existentes na Teoria do Capital Humano que pela elevação dos salários, dentre outros, se configura como uma teoria do desenvolvimento ao produzir distribuição de renda. O deslocamento das pesquisas do campo macroeconômico para o microeconômico, confere a coerência ideológica da abordagem. Neste caso se a produtividade marginal gera renda marginal, distribuição de renda e equalização social a inserção da dimensão de gênero na análise demonstra que na perspectiva micro a desigualdade se mantém desigualmente.

<sup>5</sup> Proposta por Theodore SCHULTZ em 1973, no seu livro **A Teoria do capital humano**, defende que os investimentos em educação refletem em um aumento na renda.

Frigotto (1989) ainda afirma que a interpretação da realidade, vista da perspectiva da teoria do capital humano, mostra que tal teoria se desenvolve apenas na defesa dos interesses do capital, e a ótica positivista que a teoria do capital humano assume no âmbito econômico justifica as desigualdades de classe; já no âmbito educacional, igualmente mascara a gênese da desigualdade no acesso, no percurso e na qualidade de educação que têm as classes sociais.

Deste modo, a educação vista na ótica da teoria do capital humano serve como um investimento nas habilidades, e, para tal teoria, os níveis mais elevados de escolaridade seriam traduzidos em maior rendimento e produtividade dos trabalhadores, o que seria benéfico apenas para o empregador e não para o trabalhador, tal teoria, do ponto de vista das análises de inspiração marxista, somente servira como uma forma exacerbada de mais valia.

Para o autor, a perspectiva meritocrática inerente ao processo escolar, semelhante à do mundo da produção, perpassa a idéia de que todos são livres para ascender socialmente por seu esforço, vocação e aptidão. São aspectos individuais que justificam a desigualdade de classe. Corroboramos com essa reflexão e acrescentaríamos ainda que a desigualdade de gênero também se inscreve nessa abordagem em se considerando, unicamente, a estrutura<sup>6</sup> em que se inserem o trabalho e a escolaridade formal.

Depreendemos da assertiva que não se produz transformação social na perspectiva macro, uma vez que ganhos econômicos verificados pelo aumento de poder aquisitivo/renda não deixam de ser uma forma travestida de reprodução e perpetuação social. Sem nenhum exagero, poder-se-ia afirmar que a ideologia encontraria combustível de qualidade nessa reflexão. Porém, o oposto não se trataria de uma abordagem superficial, economicista ou positivista, uma vez que pensar mobilidade social no Brasil seria pertinente no contexto (conjuntura) das transformações econômicas vivenciadas a partir da implantação da estabilidade econômica com o Plano Real e, posterior, ascensão de parte da esquerda política ao poder, com o Partido dos Trabalhadores e governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Fazemos, então, na resultante, o exercício ousado de articular elementos que a

---

<sup>6</sup> Utilizamos nesta pesquisa os conceitos braudelianos de estrutura e conjuntura. “Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, reunião, arquitetura, mas mais ainda, uma realidade que o tempo tem dificuldade em desgastar e que ele veicula longamente” (BRAUDEL, 1969, p. 50). Sendo assim, estruturas podem ser entendidas como reunião e arquitetura onde figuram os sujeitos, contudo, envolvidos por práticas e elementos que demoram a se desgastar, em outras palavras, demoram a desenvolverem alguma movimentação.

Outro aspecto relevante do conceito de estrutura em Braudel diz respeito ao espaço. Os seres humanos também estão condicionados por realidades espaciais, geográficas. São condicionantes que interferem na organização e de certa forma, definem modos de vida e organização sociais e sua estruturação em uma perspectiva de permanências. Desta forma, os níveis da estrutura, da conjuntura e do fato também possuem uma dimensão espacial.

princípio são mais do que díspares, o termo correto seriam contraditórios, se utilizados no bojo de um mesmo paradigma: de um lado a teoria do Capital Humano, que demonstra, de forma positivista, os ganhos econômicos do trabalhador e de outro a constatação da reprodução social na classe, com a consunção (antroponomia) que mesmo realizada com relativa mobilidade social, por se dar em um “patamar acima”, engendrada pela ampliação da renda, ainda mantém as condições de exploração/proletarização presentes na ordem capitalista de produção, que utiliza, entre outros, o trabalho feminino qualificado/escolarizado para produzir mais-valor.

Partindo deste referencial teórico-conceitual, far-se-á a coleta de dados utilizando estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-CAGED disponibilizados aos pesquisadores por convênio entre a Universidade Católica Dom Bosco e MTE, na extração de tabelas mensais e anuais, com as variáveis investigadas. Dados também serão coletados junto à Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio-PNAD da Fundação IBGE, dos anos em que se realiza, no período de 1994 a 2010. A totalidade das informações será objeto de análise e comparação para a construção de tabelas tematizadas, que permitirão a caracterização do trabalho feminino e concentração de renda pela escolaridade das mulheres, que entram e saem do mercado de trabalho da formal (contratação e descontração) no Estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para a capital, Campo Grande, nos três setores de atividade da economia.

Utilizar-se-á de análises teóricas e quantitativas para averiguar a qualidade dos rendimentos, dentre outros aspectos, quando se verifica um maior nível de escolaridade. Isto se faz pela interpolação linear de quatro variáveis [grau de escolaridade, remuneração média, índice de concentração de renda e taxa de rotatividade] desenvolvido por Vargas (2000), o Índice de Qualidade do Emprego Formal [IQEF], já aplicado ao estudo do emprego formal na Paraíba e no Mato Grosso do Sul, em períodos anteriores, que tem como principal vantagem, colocar na forma de um único denominador as características observadas nas variáveis do Estado (territorialidade) analisado.

A investigação, com ainda, dezoito meses de duração terá seus resultados interpretados na perspectiva do gênero, da construção dessa realidade no mercado de trabalho formal e nas famílias de classe que realizam a produção antroponômica. Sem perder a

conjuntura, pois situações de crise econômica e/ou políticas públicas<sup>7</sup> aumentam a participação feminina na economia, pelo ingresso no mercado de trabalho, como estratégia para enfrentar a perda do poder aquisitivo dos salários masculinos ou para reverter, em parte, uma desigualdade histórica de diferentes oportunidades para homens e mulheres.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMO, Laís. *América Latina Políticas de recursos humanos Y modernización Productiva*. In: TODARO, Rosalba; RODRIGUEZ, Regina (editoras). **El trabajo de las mujeres en el tiempo global**. Santiago: Isis Internacional, nov.1995.

AZEVEDO, Janet Maria Lins. **A educação como política pública**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. *Investimentos em educação e desenvolvimento econômico*. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Textos para Discussão**. Rio de Janeiro. 1997. <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0525.pdf>. Acessado às 22:03h de 23/04/2007.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BRAUDEL, F. *História e sociologia*. In: **Boletim do Centro de Estudos de História da Faculdade Nacional de Filosofia**. Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_\_. **Écris pour l'Histoire**. Paris: Flamarion, 1969.

BRESCIANI, Luís Paulo. *Flexibilidade e Reestruturação: O trabalho na encruzilhada*. In: **São Paulo em perspectiva**. 11/1: 88-97, mar.1997.

ENGUITA, Mariano F. *Os desiguais resultados das políticas igualitárias*. In: **Revista Brasileira de Educação**. 3:5-17, set./out./nov./dez.,1996.

FEYRABEND, Paul. **Contra o método**. 3.ed. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação como capital humano: uma “teoria” mantenedora do senso comum*. In: **Revista Brasileira de Administração da Educação**. 2/1:10-37, jan./jun.,1984.

---

<sup>7</sup> Mariano Enguita (1996), ao analisar as reformas educacionais, afirma que as mulheres apresentam maior mobilidade educativa, contudo a origem de classe produz resultados desiguais na pequena burguesia ou entre trabalhadoras rurais e operárias.

\_\_\_\_\_. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista.** 3.ed.São Paulo: Cortez, 1989.

HIRATA, Helena. **Globalização, trabalho e tecnologias: Uma perspectiva de gênero.** Rio de Janeiro, 1997. (texto não publicado).

LUKÁCS, György. *O trabalho.* In: **Per l'ontologia dell'essere sociale.** Roma: Riuniti, 1981. Tradução de Ivo Tonet. (texto não publicado).

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

NIMER, Fábio Rocha. **A Influência da Educação na Concentração de Renda e na Flexibilidade do Emprego Formal no Mato Grosso do Sul no Período de 1990 a 2002.** Artigo Científico. Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Campo Grande-MS. 2004.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

RIBEIRO (Coutinho), Dolores Pereira. **A produção da vida: um estudo sobre mulheres chefes de famílias.** São Paulo, 2002. Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher.** São Paulo: Ucitec. 1981.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais; a face feminina.** In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). **A condição feminina.** São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade.* In: **Lutas sociais.** 2:59-79 São Paulo: PUC-NEILS, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.;ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de Gênero: Poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B AMMANN, Safira Bezerra. *Mulher: Trabalha mais, ganha menos tem fatias irrisórias de poder.* In: **Revista serviço social e sociedade.** 55: 84-104 São Paulo: Cortez, nov.1997.

SINGER, Paul. *Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado.* In: **Novos Estudos.** 48:39-65. São Paulo: CEBRAP, jul./1997.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**. Rio de Janeiro. Zahar.1973.

VARGAS, Emerson Alan Baptista. **Transformações no mercado de trabalho em um cenário de reestruturação produtiva de 1987 a 1997** – Paraíba, Nordeste e Brasil. 2000. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, mimeo.